Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília:

MEC/SEF, 1998.

SCHERMACK, Keila de Quadros. A contação de histórias como arte performática na era digital: convivência em mundos de encantamento.

2012. Disponível em:

http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Trabalhos/S10/keilasc hermack.pdf: Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Ezequiel Theodoro (coord) et alli. A Leitura nos oceanos da internet. São Paulo: Cortez, 2003.

VILLARDI, Raquel. Ensinando a gostar de ler: formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PRINCÍPIOS PARA ANÁLISE DE FONTES ORAIS, LITERATURA E CINEMA NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR SOBRE O USO DA MEMÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA SOBRE DITADURA MILITAR BRASILEIRA

EDUARDO GOMES DE SOUZA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater princípios para a utilização das memórias da Ditadura Militar brasileira 1964 – 1985 (relatos orais, literatura e cinema) como fontes históricas e recurso didático imprescindível para a aprendizagem da consciência histórica na sala de aula sobre o referido tempo histórico. Para tal tarefa, propôs-se aqui trazer algumas balizas sobre a relação entre memória, história e experiência histórica e sua possível utilização em sala de aula nas escolas básicas no ensino de história.

Palavras Chave: Memória e História; Fontes orais; Literatura e cinema; Ditadura Militar brasileira; Consciência histórica; Ensino de história.

INTRODUÇÃO

"A memória ao mesmo tempo que revela, encobre" (POLLAK,p. 33, 1989)

Ao analisar qualquer fonte histórica em sala de aula o professor deve ter no horizonte de seu planejamento que qualquer discurso, produzido em qualquer esfera social, é portador, implícito ou explicitamente, de um posicionamento político e ideológico (FOUCAULT, 1998), não há mais como sustentar a ideia de neutralidade. Porém, as narrativas da memória são fontes históricas importantes para a análise em sociedades que passaram por regimes autoritários, nas quais a violência fez calar e marginalizou os discursos e as posições políticas que não condiziam com as práticas desse Estado.

As fontes para a produção e debate histórico sobre a Ditadura Militar brasileira, por exemplo, são os testemunhos e memórias dos cidadãos que viveram aquele período histórico, já que as fontes e documentos oficiais são sigilosos ou inexistentes, pois as instituições de repressão do Estado e a resistência agiam na ilegalidade. Ou seja, as únicas fontes disponíveis são relatos de "sobreviventes" que se envolveram na luta contra a Ditatura e por ela foram perseguidos, sequestrados, presos e torturados. Ainda mais, para colaborar com a escassez de fontes, há o silêncio e o não julgamento dos envolvidos na agência desse Estado e o fato de que os arquivos oficiais que sobreviveram terem ficado em sigilo por muito, impossibilitando o confronto dos fatos. Essas narrativas conflitantes estão muitas vezes contaminadas por um certo revanchismo e sofrimento de um lado e o silêncio de que vela crimes e torturadores de outro. Por tanto, a memória da Ditadura brasileira é, por um lado, silêncio para acobertar crimes e, por outro, sofrimento, e o debate das estruturas e permanências sobre o autoritarismo brasileiro fica à margem dessas memórias pessoais impregnadas de um certo ressentimento que provoca no espectador um julgamento que parte de aspectos pessoais e emocionais (SILVA, 2012).

Todavia, se esses testemunhos pertencem a uma esfera social, eles são dotados, como tudo que está inserido em um contexto, de ideologia, de uma posição política. É com esse adendo que essas memórias devem ser trabalhadas pelos historiadores, e não como portadores de uma verdade histórica que são úteis para preencher "lacunas da história oficial", como propôs Lívia Reis (2009) em seu "Testemunho como construção da memória".

As Comissões da Verdade têm esse objetivo legal. A ciência histórica tem que se colocar dentro dos seus limites de atuação: compreender as estruturas e conjunturas que propiciaram a ascensão e o sucesso de tal sistema políticoideológico, as suas permanências e consequências em determinada sociedade.

Nesse sentido, a memória, mesmo

com seu potencial revelador, acaba encobrindo a história, como afirmou Pollack. Portanto, o historiador, na ausência de outras fontes, deve partir para a análise das memórias preparado para o que virá, interpretando o documento (testemunho, no caso) com a clareza de que aquele registro tem uma ótica e uma expressão do autor, ou seja, que ele está carregado de ideologias e, no caso dos testemunhos da Ditadura, sofrimento, revanchismo e heroificações. Segundo Ângela de Castro Gomes, "o testemunho não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o 'autor' diz que viu, sentiu, experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento" (GOMES, P. 15, 2002). O historiador não deve analisar o testemunho como uma fonte da qual a verdade jorra, assim como não deve fazê-lo com qualquer outra fonte histórica. A escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade do seu autor e do texto que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de "produção do eu". Em outras palavras, a memória é um teatro.

O professor deve, então, estar atento para não ser encoberto pelas fontes testemunhais. Deve analisá-las como portadora de um posicionamento político e ideológico. Não como portadora da verdade, porque pode acabar caindo em uma discussão maniqueísta entre o bem versus o mal, o herói versus o vilão, ou mesmo reproduzindo o sofrimento ou acobertando fatos históricos. Algumas fontes testemunhais produzidas no Brasil pós-ditadura, podem induzir o historiador a esses descaminhos. Por outro lado, o silenciamento das memórias não seria solução, elas têm que ser contextualizadas e interpretadas, mas não silenciadas, ou empurradas ao esquecimento.

Os prejuízos do "esquecimento"

Vê-se na maioria das narrativas testemunhais da resistência à Ditadura uma memória do sofrimento, como nos filmes Que bom te ver viva, Batismo de sangue, Vlado – 30 anos depois e na literatura com Brasil nunca mais, Memórias do esquecimento e Os Carbonários. Também há uma heroificação nessa disputa de narrativas, como apresentado nessas obras citadas anteriormente, e em Caparaó e em O que é isto companheiro? Também pode-se encontrar esse binarismo maniqueísta em discursos dos que estiveram do lado oposto ao resistentes, facilmente perceptível no revanchismo conservador e saudosista da Ditadura Militar presentes em grupos políticos que ascenderam ao poder em 2018.

Por mais distorções e encobrimentos que a memória testemunhal pode gerar se o historiador não estiver atento, ela é ainda uma fonte importante para a discussão do período, quando neutralizado seu caráter revanchista, de sofrimento ou heroificado. O silenciamento traria um esquecimento e um prejuízo técnico para as fontes documentais do historiador. A rememoração é importante, mesmo que forças predominantes cooptem alguns líderes políticos para o esquecimento. Ainda nos é importante discutir esse período, posto que nossa sociedade perpetua uma estrutura autoritária e violenta. Somos capazes de sempre gerar ditaduras. É preciso trabalhar a ditadura para nos ressignificar, mas trabalhá-la sem heroificações ou vitimizações. Afinal, somos todos vítimas porque sofremos com a estrutura autoritária internalizada em nossa sociedade. Tanto é verdade que não podemos explicar o sucesso do filme Tropa de elite e seu apelo à tortura sem remetermos a isso.

Temos que rememorar para ressignificar. Temos que testemunhar de forma séria, sem melindres. Temos que abrir os arquivos e 'fazê-los falar' em paralelo aos relatos da memória. Só assim estaremos isentos do "luto melancólico que gera o eterno retorno" como apontou (TELES, P. 65, 2012) fazendo referência aos estudos da psicanalista Maria Rita Kehl. O silêncio, que segundo o historiador Marcio Silva

(2012) foi provocado pela "transição" feita pela própria Ditadura e não por uma revolução, só prolongou o esvaziamento da esfera política. Esse silenciamento furtou, lembrando Hanna Arendt (1983) na análise do nazismo, a condição humana dos que resistiram e sofreram com as mazelas da Ditadura.

A memória "descobrindo" a História: nem esquecimento, nem heroificação

Quando o historiador se deixa tomar por esse discurso ressentido, em vez de se analisar um processo histórico, desvia o foco da análise à medida que vai personificando o mal em grandes personalidades, dramatizando os eventos, criando heróis. Tomar um juízo de valor não é papel do historiador, cabe a ele compreender o que propiciou a ascensão de tal projeto político-ideológico e o que permitiu sua aceitação e propagação no seio de uma sociedade.

Por outro lado, como nos apresentou Marcio S. Silva, o esquecimento, ou a não-memória, também traz sérios prejuízos, tais como a não superação de um trauma, a melancolia como um eterno retorno aos parentes e a não-reflexão sobre a nossa sociedade, sobre o que possibilitou a ascensão, por diversas vezes em nossa sociedade, de regimes autoritários. Portanto, não é útil à História e à sociedade, nem a heroificação, nem o esquecimento.

Dessa forma, não se pode considerar o discurso vitimizado do revanchismo como verdade absoluta, como o fez um "memorialismo ressentido" da dos testemunhos, pois, nas palavras da historiadora Elizabeth Can-

celli, “esta armadilha ressentida e o apelo ao sentimentalismo construiu uma maquinaria que buscou aprisionar este homem àquilo que a própria barbárie totalitária tratou de construir: o isolamento do sujeito em seu próprio eu: o eu vitimizado.” (CANCELLI, P. 77, 2011)

Além disso, esse revanchismo gera um discurso que apenas legitima e impõe outra memória oficial que procura compor uma história heroificada e vitimizada, obliterando a emersão de outras memórias individuais subterrâneas e impedindo uma discussão mais fecunda do processo político-histórico que possibilitou a ascensão e legitimação de tal regime totalitário.

Também, como coloca Janaina A. Teles (2012), esse esforço das “forças de transição” pelo silenciamento, provocou uma ausência da memória, que possibilitou a ascensão de testemunhos idealizados e sacralizados, gerando os heróis. Isso porque os “sobreviventes” pintaram a sua memória sob um “quadro branco”, sob um vazio, no qual idealizaram o passado e o sacralizaram, heroificando as vítimas. Entretanto, isso nos afasta da lembrança, não respeita a singularidade dessa história e contribui para mascarar o passado. Essa herança, que recaí sob os sobreviventes, carrega algo de obrigação, mas não necessariamente precisa assumir a dimensão de um dever de falar do passado. Trata-se mais de encontrar no passado o que se pode constituir em um horizonte a partir do qual se insere um devir, a construção de uma nova história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, como não cometer esse desvio metodológico? Como e por que não se deve encarar esses documentos orais como fontes que preencherão lacunas da história oficial? Por que não se pode encará-los como verdade, mesmo que sejamos tocados a isso por estar defronte de uma “testemunha ocular”, de uma “fonte viva”? Como, então, se pode partir para a análise das fontes que retratam os excluídos de regimes totalitários sem cair na armadilha do ressentimento?

Encarar o testemunho como uma fonte da qual a verdade jorra é um erro, é um erro de princípio metodológico na História, já que a busca pelos fatos foi deixada de lado no século passado, a análise do discurso e do contexto de sua produção, procurando compreender os processos que possibilitaram tal evento é o interesse maior do historiador. A história descritiva que reproduzia discursos não é mais válida, o trabalho do historiador é lapidar os discursos com o seu. Então, como afirmou Paul Thompson (p. 308, 1992), “o historiador deve procurar compreender uma entrevista do modo sensível e humanista do crítico literário que interpreta os significados pretendidos pelo autor, muitas vezes num texto confuso e contraditório, a partir de todas as pistas que possam parecer úteis”, já que nos testemunhos as afirmações devem ser avaliadas, pois aqui símbolos e mitos se entrelaçam com informações.

O historiador que se quer analítico não deve aceitar os testemunhos como uma fonte cristalina da qual a verdade jorra para preencher as lacunas que a história oficial deixou. Primeiro, porque é errôneo se aceitar a verdade em um documento. Segundo, porque o historiador não pode aceitar a idéia de uma memória oficial e procurar fazer nela uma bricolagem das memórias individuais subterrâneas, isso é nada mais que legitimar uma construção artificial que se faz da história de um povo. O historiador tem que perceber que essas memórias se tocam, disputam espaços e a oficial nada mais é do que a vencedora num dado contexto. Aceitar a existência de uma história oficial e a idéia de que os testemunhos vêm preencher lacunas do que ela não contou é aceitar que existe verdade no discurso e não um jogo político. Não se deve ser conivente e trabalhar com essas polaridades, as memórias se entrecruzam a todo instante, as ideologias disputam esse espaço oficial. Como afirmou Pollak (1989), quando disse que a memória coletiva encobre outras memórias individuais subterrâneas, sendo a coletiva não uma coisa dada, mas uma construção.

Isso posto, deve-se partir para a análise dos documentos testemunhais dos marginalizados por um regime autoritário, como propõe E. Cancelli (2011), preparado para analisar ali um discurso político, balizado de ideologias, presos que estão à sua tragédia e à sua catarse. Se o professor não se atentar a isso, vai encarar os testemunhos, de forma errônea, como verdade, e vai apenas corroborar para o culto da heroificação e vitimização que leva, segundo a historiadora, “ao esvaziamento da esfera política, uma vez que ao testemunho coube o papel de legitimador daquilo que deveria ser objeto de rememoração, no sentido de obliterar o que fosse historicamente inconveniente”.

Dessa forma, trabalhando apenas com duas polaridades, de forma maniqueísta, a história oficial passaria apenas de uma mão para outra, a memória coletiva ainda sufocaria outras memórias subterrâneas, como foi tratada a memória dos negros, homossexuais e demais minorias no período nazista.

Além disso, tratar a História de maneira maniqueísta levaria ao esvaziamento da esfera política, pois em vez de se estudar o que possibilitou a ascensão de tal regime no seio de dada sociedade, as consequências disso numa abrangência maior, se trata esse processo como obra de “loucos”, “demoníacos”, “torturadores alienados”, que provocaram vítimas salvas por certos heróis. Assim aplicada, a história é conivente à configuração de uma história oficial, perde seu caráter